

Curso: Direito e Tecnologia em tempos de COVID-19

Modalidade: Educação à distância - EaD

Período: 01 de julho a 05 de agosto de 2020

Carga Horária: 30 horas

Tutoria: Ma. Chiara Spadaccini de Teffé

PROGRAMAÇÃO

Ambientação – dia 01 de julho de 2020

Navegando pela plataforma. Manual do Aluno. Programação do curso. Fórum de apresentação dos alunos.

Módulo I – de 02 a 08 de julho

Tema: Proteção de dados, vigilância e saúde pública em tempos de COVID-19

Professores: Chiara de Teffé e Sérgio Branco

Carga horária: 6h

Conteúdo Programático: Análise das normas de proteção de dados no cenário brasileiro. Tutela de dados de saúde e de geolocalização. Bases legais para o tratamento de dados pelos setores público e privado. Tecnologias de vigilância.

Objetivos Específicos: Avaliar a importância da proteção de dados pessoais em períodos de emergência e como os princípios podem orientar as atividades dos agentes.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

Bibliografia:

TEFFÉ, Chiara Spadaccini. A saúde na sociedade da vigilância: como proteger os dados sensíveis? *Migalhas*, publicado em 14 de abril de 2020. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-vulnerabilidade/324485/a-saude-na-sociedade-da-vigilancia-como-protoger-os-dados-sensiveis>>

DALSENTER, Thamis. Direito à saúde entre a liberdade e a solidariedade: os desafios jurídicos do combate ao novo coronavírus – COVID-19. *Migalhas*, 05 de março de 2020. Fonte:

<<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-vulnerabilidade/321211/direito-a-saude-entre-a-liberdade-e-a-solidariedade-os-desafios-juridicos-do-combate-ao-novo-coronavirus-covid-19>> Acesso em: 13.04.20.

DONEDA, Danilo. A proteção de dados em tempos de coronavírus. *Jota*, publicado em 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-protacao-de-dados-em-tempos-de-coronavirus-25032020>>

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Direito Administrativo e coronavírus. *Migalhas*, 17 de março de 2020. Fonte: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/321892/direito-administrativo-e-coronavirus>> Acesso em: 13.04.20

Data privacy. Relatório "Privacidade e Pandemia: recomendações para o uso legítimo de dados no combate à COVID-19". Disponível em: <https://dataprivacy.com.br/relatorio-do-data-privacy-brasil-alerta-para-uso-indevido-de-dados-no-combate-a-covid-19/>

BIONI, Bruno. *Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Módulo II – 09 a 15 de julho

Tema: Reconhecimento facial

Carga horária: 6h

Professores: Carlos Affonso Souza e Fabro Steibel

Conteúdo Programático: O tema do reconhecimento facial será tratado a partir do conceito de Sociedade de vigilância, havendo a análise de casos e de aplicações polêmicas dessa tecnologia. Será realizada uma comparação internacional e a exploração do tema em diferentes perspectivas: reconhecimento facial em aplicativo, sistema de reconhecimento facial para fins de interesse público e implicações éticas do reconhecimento facial.

Objetivos Específicos: Estabelecer a importância do reconhecimento facial para a tutela do interesse público e formas seguras e éticas para sua aplicação nas cidades brasileiras.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

Bibliografia:

SOUZA, Carlos Affonso. Reconhecimento facial é o novo aquecimento global. Disponível em: <https://tecfront.blogosfera.uol.com.br/2020/01/27/reconhecimento-facial-e-o-novo-aquecimento-global/>

VU, Brandon. "A Technological and Ethical Analysis of Facial Recognition in the Modern Era." In: A Technological and Ethical Analysis of Facial Recognition in the Modern Era, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38066258/A_Technological_and_Ethical_Analysis_of_Facial_Recognition_in_the_Modern_Era. Acesso em: 20 jun. 2019.

WACHTER, Sandra; MITTELSTADT, Brent. A Right to Reasonable Inferences: Re-Thinking Data Protection Law in the Age of Big Data and AI. *Columbia Business Law Review*, 2019(1). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3248829>. Acesso em: 23 jun. 2019.

NABEEL, Fahad. Regulating Facial Recognition Technology in Public Places. Centre for Strategic and Contemporary Research, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39871139/Regulating_Facial_Recognition_Technology_in_Public_Places. Acesso em: 20 jul. 2019.

BAILEY, Ronald. Preventing government facial recognition oppression. Reason, 2019.

Módulo III – 16 a 22 de julho

Tema: Inteligência Artificial e exposição de crianças e adolescentes na Era da COVID-19

Carga horária: 6h

Professor: Filipe Medon

Conteúdo Programático:

Parte 1: Inteligência Artificial: definição e características principais. A necessidade da coleta de dados pessoais para seu funcionamento. Aplicações no combate à pandemia da Covid-19. Utilização da Inteligência Artificial para a mobilidade urbana: desafios para a Ética e a Responsabilidade Civil.

Parte 2: *Sharenting*: a superexposição de menores nas redes sociais. Riscos e danos da prática do *Sharenting*. Conflito entre a autoridade parental e o melhor interesse da criança. Possibilidade de controle judicial.

Objetivos Específicos: Verificar como a Inteligência Artificial pode atuar no combate à Pandemia da Covid-19 e vindouras. Identificar os principais desafios trazidos para a proteção de dados pessoais, questões éticas e Responsabilidade Civil. Compreender a relevância do fenômeno do *Sharenting* e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar. Identificar a necessária ponderação da liberdade de expressão e a autoridade parental frente ao melhor interesse da criança. Reconhecer a possibilidade de atuação judicial para controle dos atos praticados pelos genitores.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

Bibliografia:

TURNER, Jacob. Robot Rules: regulating artificial intelligence. Palgrave Macmillan: Londres, 2019.

MEDON, Filipe. Inteligência artificial e coronavírus: prevenção e combate ao vírus e à solidão. In: Jota. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/inteligencia-artificial-e-coronavirus-prevencao-e-combate-ao-virus-e-a-solidao-31032020>> Acesso em 21 abr. 2020.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RETTORE, Anna Cristina de Carvalho. A autoridade parental e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (coords.). Lei Geral de Proteção de

Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 523.

EBERLIN, Fernando Büscher von Teschenhausen. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro, In: Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017, pp. 265-267.

MEDON, Filipe. Big Little Brother Brasil: pais quarentenados, filhos expostos e vigiados. In: Jota. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/big-little-brother-brasil-pais-quarentenados-filhos-expostos-e-vigiados-14042020>> Acesso em 21 abr. 2020.

Módulo IV – 23 a 29 de julho

Tema: O vírus da desinformação: Extensão, Limites e Remoção de fake news

Carga horária: 6h

Professora: Priscilla Silva

Conteúdo Programático: A pandemia de Covid-19 veio acompanhada de uma enorme quantidade de informações, algumas verídicas e imparciais, outras exageradas, manipuladas, falsas e enviesadas. O contexto sensível em que vivemos hoje é considerado um ambiente favorável para a difusão da desinformação, o que representa um risco para a saúde pública e a segurança. Diante disso, busca-se discutir o que são as chamadas fake news, seus impactos na democracia e na saúde pública, limites à liberdade de expressão e propostas para a remoção de conteúdos falsos na internet.

Objetivos Específicos: Analisar o tratamento jurídico que deve ser oferecido para as chamadas fake news e propostas para a sua contenção e remoção do ambiente virtual. Valorar seu impacto negativo em temas de interesse público.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

Bibliografia:

BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip N. The Global Disinformation Order 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation.

BRANCO, Sérgio. *Fake News* e os Caminhos para Fora da Bolha.

Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Coordenação Marco Aurélio Ruediger. – Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

SILVA, Priscilla; GUEDES, Paula. O vírus da desinformação: Extensão, Limites e Remoção de Conteúdo. Medium. ITS FEED. Disponível em: <https://feed.itsrio.org/o-v%C3%ADrus-da-desinforma%C3%A7%C3%A3o-extens%C3%A3o-limites-e-remo%C3%A7%C3%A3o-de-conte%C3%BAdo-c33f56d2e9a3>

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Fake news e eleições: identificando e combatendo notícias falsas. Contraponto jurídico. 1ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, v. 1, p. 495-505.

MARCO ANTÔNIO SOUSA ALVES; EMANUELLA R. HALFELD MACIEL. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. Internet & Sociedade. N. 1. V. 1. JANEIRO DE 2020. p. 144-171. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>

Módulo V – 30 de julho a 05 de agosto

SEGURANÇA PÚBLICA E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO

Carga horária: 6h

Professor: Anderson de Paiva Gabriel

Conteúdo Programático: Análise das ferramentas tecnológicas que vem sendo usadas para vigilância e monitoramento no âmbito da COVID-19, não só no cenário brasileiro como em outros países. Discussão quanto aos limites e sua aplicação na segurança pública.

Objetivos Específicos: Distinguir as tecnologias que já existiam e as que vem sendo desenvolvidas como parte do esforço no combate ao COVID-19, bem como a sua aplicação no âmbito da Segurança Pública.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

Bibliografia:

HARARI, Yuval Noah Harari. The world after Coronavirus. Disponível em: <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75?emailId=5e74fb95f8062d0004c88403&segmentId=2e4343f6-b08f-9184-78%E2%80%A6>

GABRIEL, Anderson de Paiva Gabriel. Whistleblower no Brasil: o informante do bem

'Botar a boca no trombone' pode ser fundamental em tempos de Covid-19. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/juiz-hermes/whistleblower-no-brasil-o-informante-do-bem-20042020>

<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israeli-coronavirus-surveillance-who-s-tracking-you-and-what-happens-with-the-data-1.8685383>

<https://www.cnn.com/2020/03/27/coronavirus-surveillance-used-by-governments-to-fight-pandemic-privacy-concerns.html>